

constarão de actas de reuniões de júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Classificação — a classificação final, expressa de 0 a 20 valores, resulta da classificação obtida no referido método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

9 — Apresentação de candidaturas — os requerimentos, dirigidos à presidente da comissão executiva do Instituto Português da Juventude, devem ser entregues na Avenida da Liberdade, 194, 1269-051 Lisboa, ou para aí remetidos, pelo correio e sob aviso de recepção, até ao final do prazo indicado no n.º 1.

9.1 — Dos requerimentos devem constar:

- a) Identificação completa, residência, código postal e telefone;
- b) Identificação do concurso a que se candidata;
- c) Habilitações literárias;
- d) Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na carreira, na categoria e na função pública;
- e) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento a que se refere o artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito ou que constituam motivo de preferência no lugar;
- g) Indicação dos documentos que junta.

9.2 — O requerimento deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Declaração passada pelo serviço de origem especificando o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço reportada aos anos relevantes para efeitos de promoção;
- b) Declaração, passada pelo serviço onde foram exercidas as funções referidas na alínea anterior, que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;
- c) *Curriculum vitae* datado e assinado;
- d) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
- e) Quaisquer outros documentos que os interessados considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

9.3 — Os candidatos que pertencerem ao Instituto Português da Juventude estão dispensados de entregar os documentos que declaram constar do seu processo individual, devendo tal facto ser expressamente referido no requerimento.

10 — Publicitação — a divulgação de candidatos admitidos e excluídos, bem como da lista de classificação final, seguirá o disposto, respectivamente, nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 — Composição do júri — a composição do júri é a seguinte:

Presidente — Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues, delegada regional de Aveiro.

Vogais efectivos:

Eneida Maria Soares Sardo, técnica superior de 2.ª classe.  
Luís Jorge Oliveira Fardilha, técnico profissional de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Helena Cristina Estima Areias Tavares, técnica profissional principal.  
Jorge Manuel Andrade Ferreira Cardoso, técnico profissional de 2.ª classe.

11.1 — O 1.º vogal efectivo substitui a presidente do júri em todas as suas faltas e impedimentos.

31 de Janeiro de 2007. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Geraldês*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Despacho n.º 4122/2007**

A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional arrasta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, implicando um reforço constante da actividade das missões diplomáticas, gerador de necessidades de pessoal especializado que não podem ser satisfeitas através dos instrumentos de mobilidade previstos

na lei e que justificam a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando os lugares indispensáveis.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal especializado, a admissão para o lugar previsto no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existência de cobertura orçamental.

29 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

### MAPA ANEXO

#### Descongelamento excepcional para o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Grupo de pessoal	Número de lugares
Pessoal especializado (categoria de conselheiro jurídico) . . .	1
<i>Total</i> . . . . .	1

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 4123/2007

Nos termos conjugados do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 62.º e no n.º 1 do artigo 102.º da Lei de Organização e Funcionamento da PSP (Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro), e por proposta do director-nacional, nomeio comandante regional dos Açores o superintendente José António Jorge Vaz Antunes, licenciado em Ciências Militares, cuja idoneidade, experiência e competência profissionais comumente reconhecidas são patentes na sinopse curricular anexa, cessando as funções que vem desempenhando de comandante da Escola Prática de Polícia.

13 de Fevereiro de 2007. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

### ANEXO

#### Síntese curricular

José António Jorge Vaz Antunes, natural de Mafra, casado, nascido em 26 de Março de 1950.

Habilitações académicas — licenciado em Ciências Militares — Arma de Infantaria, pela Academia Militar no ano de 1972.

Experiência profissional:

Novembro de 2004 a Janeiro de 2007 — comandante da Escola Prática de Polícia;

Outubro de 2003 a Novembro de 2004 — comandante do Comando de Polícia de Santarém;

Setembro de 2002 a Outubro de 2003 — director do Departamento de Armas e Explosivos;

Janeiro de 1998 a Setembro de 2002 — subdirector do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;

Junho de 1992 a Janeiro de 1998 — comandante de divisão no Comando Metropolitano de Lisboa;

Agosto de 1991 a Junho de 1992 — chefe da 2.ª Repartição do Comando-Geral e representante da PSP no Grupo TREV I III;

Agosto de 1984 a Agosto de 1991 — comandante do Comando de Angra do Heroísmo;

1973 a Agosto de 1983 — funções de comandante de pelotão e companhia no Exército, com uma comissão de serviço em Moçambique (1973-1974).

Formação profissional:

Curso de Defesa Nacional;

Curso Geral de Comando e Estado-Maior;

Curso de Transmissões;

Frequência de diversos estágios na PSP e no Exército.

Distinções:  
 Medalha de ouro de serviços distintos das Forças Armadas Portuguesas (FAP);  
 Medalha de prata de serviços distintos de segurança pública;  
 Medalha de prata de comportamento exemplar;  
 Medalha de assiduidade, 2 estrelas;

Medalhas comemorativas das campanhas das FAP;  
 Um louvor do Ministro da Administração Interna;  
 Um louvor do director nacional da PSP;  
 Um louvor do 2.º comandante-geral da PSP;  
 Um louvor de comandante Metropolitano de Lisboa;  
 Seis louvores no Exército, sendo cinco de oficial general.

### Governo Civil do Distrito de Castelo Branco

#### Mapa n.º 5/2007

Faz-se pública a relação dos benefícios concedidos por este Governo Civil no 2.º semestre de 2006:

#### Mapa a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º conjugado com o artigo 2.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto

##### 2.º semestre de 2006

Data	Beneficiário	Montante (em euros)
17 de Julho de 2006 .....	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Castelo Branco .....	27 292,67
2 de Outubro 2006 .....	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Castelo Branco .....	156 503,87
5 de Dezembro de 2006 .....	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Castelo Branco .....	59 642,52
	<i>Total</i> .....	243 439,06

30 de Janeiro de 2007. — A Governadora Civil, *Maria Alzira Serrasqueiro*.

#### Mapa n.º 6/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 1.º, conjugado com o artigo 2.º, da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se o mapa dos subsídios atribuídos pelo Governo Civil no 1.º semestre de 2006:

Data	Beneficiários	Montante (em euros)
23 de Janeiro de 2006 .....	Casa de Pedrógão Grande .....	250
23 de Janeiro de 2006 .....	Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco.	500
23 de Janeiro de 2006 .....	Externato Capitão Santiago de Carvalho .....	250
24 de Janeiro de 2006 .....	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Idanha-a-Nova .....	1 500
	<i>Total</i> .....	2 500

30 de Janeiro de 2007. — A Governadora Civil, *Maria Alzira Serrasqueiro*.

### Governo Civil do Distrito de Viseu

#### Listagem n.º 24/2007

Nos termos do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a listagem dos benefícios concedidos pelo Governo Civil do Distrito de Viseu a entidades privadas durante o 2.º semestre do ano de 2006:

Nome	Localidade	Data	Valor (em euros)
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar .....	Armamar .....	22-12-2006	6 746,28
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar .....	Armamar .....	17-11-2006	6 044,97
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar .....	Armamar .....	17-10-2006	2 166,37
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal .....	Carregal do Sal .....	17-11-2006	8 983,20
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato .....	Carregal do Sal .....	17-11-2006	4 713,20
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire .....	Castro Daire .....	17-11-2006	9 364,17
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Farejinhas .....	Castro Daire .....	17-11-2006	4 672,10
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cinfães .....	Cinfães .....	17-11-2006	13 220,62
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nespereira .....	Cinfães .....	17-11-2006	11 173,68
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego .....	Lamego .....	17-10-2006	789,98
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego .....	Lamego .....	17-11-2006	10 541,98
Associação dos Bombeiros Voluntários de Mangualde .....	Mangualde .....	17-11-2006	11 276,88
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moimenta da Beira .....	Moimenta da Beira .....	17-11-2006	15 351,68
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mortágua .....	Mortágua .....	18-12-2006	5 905,41
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim .....	Nelas .....	27-12-2006	1 175,37
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim .....	Nelas .....	17-11-2006	5 434,94
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas .....	Nelas .....	17-11-2006	6 582,59
Associação Bombeiros Voluntários de Oliveira de Frades .....	Oliveira de Frades .....	22-12-2006	4 762,08
Associação Bombeiros Voluntários de Oliveira de Frades .....	Oliveira de Frades .....	17-11-2006	5 411,64
Associação Bombeiros Voluntários de Penalva do Castelo .....	Penalva do Castelo .....	17-11-2006	11 031,60
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penedono .....	Penedono .....	17-11-2006	17 635,26
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Resende .....	Resende .....	17-11-2006	11 261,52
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão .....	Santa Comba Dão .....	27-12-2006	8 429,76
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Ervedosa do Douro .....	São João da Pesqueira .....	22-12-2006	9 397,40
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São João da Pesqueira .....	São João da Pesqueira .....	21-12-2006	9 087,40
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa .....	São Pedro do Sul .....	27-12-2006	6 610,31